

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO 2023

1. Informações Gerais

O Conselho Regional de Psicologia 21ª Região – Piauí é uma autarquia federal de direito público que tem a finalidade de orientar, disciplinar, fiscalizar e regulamentar o exercício da profissão de psicólogo dentro da sua Jurisdição. É também atribuição do Conselho zelar pela fiel observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. O Conselho Federal de Psicologia e os 23 Regionais hoje existentes são instâncias mediadoras entre a Psicologia e a sociedade, com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados. Sua regulamentação surgiu através da Lei Federal nº 5.766 de 20 de dezembro de 1971.

2. Políticas Contábeis

As principais políticas adotadas pelo Conselho Regional de Psicologia 21ª Região são: as disponibilidades de caixa e aplicações financeiras são mensuradas pelo valor original e o ativo imobilizado é mensurado ou avaliado pelo valor de aquisição. As informações contidas nas Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Psicologia 21ª Região são extraídas do Sistema IMPLANTA, Modulo SISCONT que atende às alterações na Lei 4.320 de 17 de março de 1964 quanto à Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Os módulos atendem às exigências legais das novas regras estabelecidas pelas Portarias STN 1.131/2021 e STN/SOF/ME 117 de outubro de 2021 e, principalmente, as diretrizes contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). o qual centralizou a execução orçamentária e financeira deste Conselho de Psicologia no exercício financeiro de 2023. Em 2023 foram atualizados valores dos grupos do ativo e passivo, refletindo a realidade do Conselho, visto que existiram lançamentos comprovadamente equivocados emitidos entre 2014 e 2021. Tais comprovações foram feitas considerando as observações do tesoureiro e também o fato da inexistência de um órgão de controle interno que pudesse sugerir ou até mesmo validar as informações, sendo que todos os ajustes foram feitos com base nos livros razão do período e consulta aos credores/devedores.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3 - Balanço Orçamentário – BO - O regime orçamentário deste Conselho segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria

econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Em 2023 confrontando, no Balanço Orçamentário, as Receitas Realizadas de R\$ 2.113.038,95 com as Despesas Executadas de R\$ 1.880.370,70 tivemos um superávit orçamentário no valor de R\$ 232.668,25.

4 - Balanço Financeiro – BF – Em 2023 o Balanço Financeiro apresentou suas Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias, onde dentro dos Recebimentos Extraorçamentários destacamos que houve Inscrição de Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 60.811,69. Esse demonstrativo apresentou também um Caixa e Equivalente de Caixa inicial de R\$ 269.154,41e final de R\$ 523.642,36. Neste Balanço também apuramos o resultado financeiro, que representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades deste Conselho. O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício que é apurado no Balanço Patrimonial.

5 - Balanço Patrimonial – BP - É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais. Neste, apuramos o superávit / déficit financeiro pela diferença entre o Ativo Financeiro, que compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários e o Passivo Financeiro que compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial serão apresentados pelos seus valores totais. Atualmente apresenta um saldo patrimonial de R\$ 1.916.047,26.

5.1 Ajuste de Exercício Anterior – Em 2023 fez-se necessário a realização de ajuste de exercício anterior, conforme MCASP, item 22.4, o resultado do exercício de 2023 apresentará a correção do saldo invertido, proveniente do não reconhecimento de dívida ativa em 2022. Para tanto, foram efetuados os lançamentos do ativo (12) contra ajuste de exercício anterior (237), bem como o lançamento somente a dívida recebida.

5.2 Encargos a Receber - 1.1.3.8.4 – Constam desde o exercício de 2016 valores de ISS cujos créditos não puderam ser confirmados. Além disso, consta também desde o exercício de 2014 valores de INSS que atribuímos à equívoco no lançamento, visto que não foi protocolado nenhum PERDCOMP na Receita Federal, e o prazo para solicitar o crédito já venceu, pois ultrapassa 5 anos da última movimentação, ocorrida em 2018. Em 2021, houve movimentação de 43,79, porém, trata-se de INSS pago e liquidado de forma errada nessa conta. Foi efetuado o lançamento para correção

5.3 Em 2023, foram feitos ajustes através de VPDs atualizando o valor do estoque, pois observou-se que desde 2015, data da criação da conta, o valor do estoque de material de consumo só aumentou. A análise do Razão dessa conta no período de 2015 até 2022, revelou aquisições de material de limpeza, escritório e de copa e cozinha, e em menor número de compras, produtos para segurança, informática e vestuários. Em consulta ao sistema de almoxarifado-SIALM, observou-se que o mesmo começou a ser utilizado em 2018, sendo parado sua atualização em 2021. Em consulta ao almoxarifado (armário onde se guarda os materiais de expediente) em agosto de 2022, não foi possível identificar os materiais de 2015 à 2020. Tampouco os itens que constam na contagem de itens do inventário de 2021 do SIALM não podem ser confirmados a data da compra. Não havendo motivos para se falar em perdas, e sim que os materiais tiveram a destinação adequada, procedeu o ajuste VPD, conforme MCASP, item 5.2.4, no período de 2015 À 2022.

5.4 Intangível – O movimento começou em 2017, referente à aquisição de softwares, e não foi lançada no sistema de patrimônio. Porém, foi possível observar através do livro razão da conta e do contato com os fornecedores *Alterdata*, *Implanta*, e *Valid*, que são sistemas SAAS, e portanto os serviços equivalem à *locação de software*. Sendo assim, os valores correspondentes foram lançados como VPD, a saber: Em 2018: Aquisição de dois certificados digitais (R\$ 413,05); em 2019 Alterdata: (R\$: 3.034,70) e em 2021: Implanta e certificado Digital: (R\$ 3.762,00)

6 – Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP – Apresenta o detalhamento do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas ocorridas durante o exercício evidenciando as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando assim o resultado patrimonial do exercício. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. Em 2023 tivemos uma VPA de R\$ 2.191.636,80 e uma VPD de R\$ 208.640,07gerando assim um Superávit do Exercício no valor de R\$ 1.982.996,73.

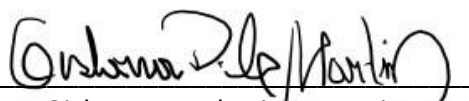
7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Esses três Fluxos somados, traduzem a GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, que neste exercício de 2023 variou positivamente em R\$ 254.487,95 que deve ser o mesmo CAIXA FINAL menos o CAIXA INICIAL. A informação dos fluxos de caixa nos permite avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Conciliação do saldo de caixa e equivalente de caixas apresentado na DFC com o valor

apresentado no Balanço Patrimonial - Informações adicionais podem ser importantes para que os usuários entendam a posição financeira e a liquidez da entidade.

8. Restos a Pagar do Exercício - A despesa orçamentária empenhada que não for paga até o dia 31 de dezembro será considerada como Restos a Pagar. O Conselho Regional de Psicologia 21ª Região inscreveu no ano de 2023 Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 60.811,69 os credores já cumpriam suas obrigações, efetuaram a entrega dos materiais, prestaram o serviço ou executaram a etapa da obra dentro do exercício, estando em condições de pagamento.

As notas explicativas complementam as informações sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial. O conteúdo apresentado, no decorrer destas notas explicativas, teve como premissa esclarecer ou complementar informações relevantes evidenciadas nas demonstrações contábeis apresentadas pelo Conselho Regional de Psicologia 21ª Região no exercício financeiro de 2023.


Gislana Portela Lima Martins
Contadora CRC 6137/O-6